



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE ARARAQUARA

FORO DE ARARAQUARA

6ª VARA CÍVEL

RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara-SP - CEP 14801-425

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007654-80.2018.8.26.0037**
 Classe – Assunto: **Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária**
 Requerente: **Banco Itaucard S/A**
 Requerido: **Cristiano Henrique F Santos**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

Vistos.

BANCO ITAUCARD S.A. ajuizou ação de **BUSCA E APREENSÃO** contra **CRISTIANO HENRIQUE F. SANTOS**, alegando, em síntese, ter firmado com o requerido contrato de Cédula de Crédito Bancário com cláusula de alienação fiduciária em garantia, de que foi objeto o bem descrito na petição inicial, no valor de R\$ 19.250,00, a ser resgatado em 48 parcelas. Entretanto, o requerido não cumpriu o acordo, ensejando uma dívida de R\$ 13.002,53 restando caracterizada a mora. Pleiteia a concessão de liminar para busca e apreensão do bem e a procedência da ação, com a consolidação da propriedade em suas mãos e a condenação do devedor ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

Deferida a medida liminar, e efetivada a busca e apreensão do veículo (págs. 32/33 e 49), foi o requerido citado, não apresentando defesa.

É o relatório.

DECIDO.

O pedido inicial deve ser julgado procedente. O requerido foi regularmente citado e não se insurgiu contra o pedido. Tal comportamento autoriza a aplicação dos efeitos da revelia, haja vista tratar-se de ação de cunho meramente patrimonial. Assim, reputam-se verdadeiros os fatos afirmados na inicial, com as consequências que lhes são próprias. Acrescente-se, ainda, que a prova documental apresentada é apta a confirmar as alegações iniciais do autor.

Isso posto **JULGO PROCEDENTE** esta ação de **BUSCA E APREENSÃO** ajuizada por **BANCO ITAUCARD S.A.** contra **CRISTIANO HENRIQUE F. SANTOS**, acolhendo o pedido inicial, tornando definitiva a liminar concedida às págs. 32/33, consolidando em favor do autor os direitos inerentes ao domínio e posse plenos do bem objeto do contrato. Dou por extinto o processo, com resolução do mérito (art. 487, I, do Código de Processo Civil). Autorizada venda do veículo, com observância do disposto no artigo 2º do Decreto-lei 911/69. Sucumbente, responderá o acionado por eventuais custas processuais em aberto, pelo reembolso das custas despendidas pelo autor e pelos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da causa.

P.R.I.

Araraquara, 11 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**